



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

80 ep

245

Sétima Câmara Cível

Apelação Cível nº 0208136-1 Recife (1º Vara da Fazenda Pública)

Apelante: Estado de Pernambuco

Apelado: Ronaldo da Silva Pereira

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CONTRATO TEMPORÁRIO. PAGAMENTO DE DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO E FÉRIAS. DIREITO CONSTITUCIONAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DESCONTO EM FOLHA. DESNECESSIDADE DE NOVO PAGAMENTO.

1.O Apelado ingressou no serviço público, através de contrato temporário, para exercer a função de Agente Temporário de Segurança. O Contrato foi firmado em 13/11/2000 e tinha duração de 12 meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

2.Ingressou com uma ação, requerendo o pagamento de décimo terceiro salário, horas extras, pagamento do terço de férias e a comprovação do recolhimento das contribuições ao INSS ou, caso não o tenha feito, o seu pagamento.

3.Diante de tais pedidos, o Estado limitou-se a afirmar que, quem celebra contrato temporário com a Administração Pública não ocupa cargo público e de acordo com a Lei nº 11.216/95 não possui direito à percepção de férias, 13º salário e outras vantagens de caráter indenizatório.

4.No que atine à pretensão de receber férias e gratificações natalinas não prestados, apesar de completado o período aquisitivo, o pedido é digno de acatamento, pois, aqui, não se está tratando de peculiaridades dos regimes estatutário ou celetista, mas de direitos fundamentais a que todo trabalhador faz jus, quer no serviço público, quer no privado.

5. Por outro lado, em relação às contribuições previdenciárias, o artigo 9º, da lei nº 10.954/93, alterado pela lei nº 11.736/99, determina que o contrato por prazo determinado descontará a contribuição previdenciária para o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. Os contracheques, acostados quando do ajuizamento da inicial, fazem menção ao desconto para o INSS. Sendo assim, constata-se que o Estado de Pernambuco cumpriu o que determina a referida lei, não havendo que se falar em ilegalidade, tampouco em novo pagamento.

6. Recurso de Apelação parcialmente provido, reformando a sentença apenas para determinar que o Estado de Pernambuco não recolha as contribuições previdenciárias, tendo em vista que há nos autos documentos que comprovam que dita contribuição já foi recolhida, mantendo, nos demais termos, a sentença recorrida.

5757

ACÓRDÃO



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

810-

245/A

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Cível nº 0208136-1**, 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital, em que figura como Apelante, o **Estado de Pernambuco**, e como Apelado, **Ronaldo da Silva Pereira**, **ACORDAM** os Exmos. Senhores Desembargadores da Egrégia Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, unanimemente, em **DAR PARCIAL PROVIMENTO** à Apelação, reformando a sentença de 1º grau, para determinar que o Estado de Pernambuco não recolha as contribuições previdenciárias, tendo em vista que há nos autos documentos que comprovam que dita contribuição já foi recolhida, mantendo, nos demais termos, a sentença recorrida, tudo de conformidade com os votos e notas taquigráficas em anexo, que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 18 de junho de 2010.

Presidente


Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

74

246

Sétima Câmara Cível

Apelação Cível nº 0208136-1 Recife (1º Vara da Fazenda Pública)

Apelante: Estado de Pernambuco

Apelado: Ronaldo da Silva Pereira

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Relatório

15

Cuida-se de **apelação cível** da sentença proferida pelo **juízo de direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Recife/PE**, da lavra do magistrado **José Marcelon Luiz e Silva**, nos autos da **Ação de Cobrança de Parcelas Remuneratórias nº 001.2005.019628-7**, oposta por **Ronaldo da Silva Pereira** em desfavor do **Estado de Pernambuco**, no qual se deu parcial provimento ao pedido, "condenando o Estado de Pernambuco a restituir ao autor as férias não gozadas correspondentes a um mês de serviço à época, acrescidas de um terço, o 13º salário por cada ano de serviço prestado, e ainda ao pagamento das contribuições devidas ao INSS relativos ao tempo de serviços prestados ao Estado, com juros de mora e 0,5% ao mês, a partir da citação, até o advento do Novo Código Civil, quando a taxa a ser aplicada será de 1% ao mês. A correção monetária deverá observar a tabela ENCOGE".

Irresignado, interpôs o Ente Político seu recurso de apelação cível às fls. 39/48, no qual, em síntese, arguiu que o Apelado celebrou contrato temporário, para atender as necessidades de interesse público. Esse tipo de contrato é regido pelas leis nºs. 10.954/93, alterada pelas leis nº 11.216/95, 11.376/99 e 12.555/04, além da Lei Complementar nº 49/2003. Essas leis, segundo afirma, vedam o pagamento de férias e 13º salário, motivo pelo qual o Apelado não faz jus a ditos direitos. Quanto à condenação ao pagamento das contribuições previdenciárias, defende que o Estado cumpriu o que determina a lei nº 10.954/93, sendo a contribuição descontada para o INSS, porque os contratados se submetem ao Regime Geral da Previdência Social.

Apresentada contrarrazões às fls. 53/57, afirmando que o direito à percepção de férias e 13º salário encontrava previsão na Constituição Federal, não podendo ser excluída por contrato, porque traria prejuízo ao trabalhador.

O Ministério Público se pronunciou no sentido negar provimento à Remessa Necessária, prejudicado o apelo voluntário (fls. 70/71).

É o relatório. À revisão.

Recife, 27 de Agosto de 2010.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

82
0.
246/A

Sétima Câmara Cível

Apelação Cível nº 0208136-1 Recife (1º Vara da Fazenda Pública)

Apelante: Estado de Pernambuco

Apelado: Ronaldo da Silva Pereira

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Voto

15

No que pertine ao mérito, entendo que a sentença deve ser parcialmente reformada.

O Apelado ingressou no serviço público, através de contrato temporário, para exercer a função de Agente Temporário de Segurança. O Contrato foi firmado em 13/11/2000 e tinha duração de 12 meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

Ingressou com uma ação, requerendo o pagamento de décimo terceiro salário, horas extras, pagamento do terço de férias e a comprovação do recolhimento das contribuições ao INSS ou, caso não o tenha feito, o seu pagamento.

Diante de tais pedidos, o Estado limitou-se a afirmar que, quem celebra contrato temporário com a Administração Pública não ocupa cargo público e de acordo com a Lei nº 11.216/95 não possui direito à percepção de férias, 13º salário e outras vantagens de caráter indenizatório.

No que atine à pretensão de receber férias e gratificações natalinas não prestados, apesar de completado o período aquisitivo, o pedido é digno de acatamento, pois, aqui, não se está tratando de peculiaridades dos regimes estatutário ou celetista, mas de **direitos fundamentais** a que **todo trabalhador faz jus**, quer no serviço público, quer no privado.

Entre os apanágios dos direitos fundamentais, estão a indisponibilidade e a irrevogabilidade, esta, decorrente de sua qualidade de cláusulas pétreas, a teor do artigo 60, §4º, IV, da Constituição Federal. Assim, nem por Emenda Constitucional se pode derogar o direito a férias ou ao 13º salário do trabalhador.

Tem-se que tais direitos são devidos por expressa previsão constitucional, independentemente da existência ou não de vícios no contrato de trabalho, evitando o enriquecimento ilícito de uma das partes.

No caso das férias, aliás, até mesmo por imperativo médico, é inconcebível que o servidor temporário, exercendo, por mais de ano, seu labor, com carga-horária elevada, não goze, após 12 meses de serviço, do



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

83
8

247

descanso amplamente reconhecido, no mundo civilizado, como necessário à humanização do trabalho, e à preservação da saúde dos trabalhadores.

Outrossim, esta Corte de Justiça já possui entendimento firmado, no sentido de ser devido ao trabalhador férias e 13º salário, mesmo em caso de contrato temporário. Eis alguns precedentes:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO CELEBRADO PELO ESTADO DE PERNAMBUCO. AGENTE DE SEGURANÇA. DIREITO A FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. I-Pelas provas dos autos, restou incontroversa a prestação de serviço pelo apelante ao apelado, através de contrato administrativo de trabalho temporário por necessidade de serviço, regido pela Lei Estadual nº 10.954/1993, com autorização do art. 37, IX da CF/1988, fato aduzido na inicial e não contestado. II-**A natureza do contrato em discussão era, como reconhecem ambas as partes, de pacto temporário para atendimento de excepcional interesse público, não sendo motivo hábil a afastar do obreiro os direitos constitucionais ao 13º salário e férias acrescidas de um terço.** III-Precedentes desta Corte. IV-Recurso de Agravo não provido. V-Decisão Unânime.

(TJPE - Agravo nº 176892-5/01, Relator: Des. Fernando Cerqueira, Órgão Julgador: Sétima Câmara Cível, data do julgamento: 17/02/2009 - sem grifos no original)

RECURSO DE AGRAVO. PLEITO DE REFORMA DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO À APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO TEMPORÁRIO REALIZADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PLEITO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO. DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO À UNANIMIDADE. 1-No que atine à pretensão de receber férias e gratificações natalinas não prestadas, o pedido é digno de acatamento, pois, aqui, não se está tratando de peculiaridades dos regimes estatutário ou celetista, mas de direitos fundamentais a que todo trabalhador faz jus, quer no serviço público, quer no privado; 2-Entre os apanágios dos direitos fundamentais, estão a indisponibilidade e a irrevogabilidade, esta, decorrente de sua qualidade de cláusulas pétreas, a teor do artigo 60, §4º, IV, da



84 ep.

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

248

Constituição Federal. Assim, nem por Emenda Constitucional se pode derogar o direito a férias ou ao 13º salário do trabalhador; 3-**No caso das férias, aliás, até mesmo por imperativo médico, é inconcebível que o servidor temporário, exercendo, por mais de ano, seu labor, com carga-horária elevada, não goze, após 12 meses de serviço, do descanso amplamente reconhecido, no mundo civilizado, como necessário à humanização do trabalho, e à preservação da saúde dos trabalhadores;** À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

(TJPE – Agravo nº 176882-9/01, Relator: Luiz Carlos Figueiredo, Órgão Julgador: Sétima Câmara Cível, data do julgamento: 17/02/2009)

D.CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO CELEBRADO PELO ESTADO DE PERNAMBUCO. AGENTE DE SEGURANÇA. HORAS EXTRAS NÃO COMPROVADAS E INDEVIDAS. COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIAS REALIZADAS. PEDIDOS NÃO APRECIADOS NA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. INVOCAÇÃO DO ART. 515 §2º DO CPC - DIREITO A FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. 1-Incontroversa a prestação de serviço pelo apelante ao apelado, através de contrato administrativo de trabalho temporário por necessidade de serviço, regido pela Lei Estadual nº 10.954/1993, com autorização do art. 37, IX da CF/1988, fato aduzido na inicial e não contestado. 2-A indenização de horas extras e equiparação da jornada de trabalho à dos servidores estatutários, não merece acolhimento, tendo em vista que o contrato temporário tem natureza administrativa e não se submete a legislação trabalhista. 3-Invocação do art.515 do CPC, para análise de pedido preterido e não apreciado na decisão de primeiro grau. 4-**A natureza do contrato em discussão era, como reconhecem ambas as partes, de pacto temporário para atendimento de excepcional interesse público, não sendo motivo hábil a afastar do obreiro os direitos constitucionais ao 13º salário e férias acrescidas de um terço.** 5-Precedentes desta Corte. 6-Recurso parcialmente provido. 7-Decisão Unânime.



85
D.

249

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(TJPE - AP nº 174968-6, Relator: Des. Fernando Cerqueira, Órgão Julgador: Sétima Câmara Cível, data do julgamento: 25/11/2008 - sem grifos no original)

Eis que, conforme ampla jurisprudência, o trabalhador faz jus ao décimo terceiro e ao pagamento das férias, acrescido de um terço, por serem direitos constitucionais.

Por outro lado, em relação às contribuições previdenciárias, o artigo 9º, da lei nº 10.954/93, alterado pela lei nº 11.736/99, determina que o contrato por prazo determinado descontará a contribuição previdenciária para o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. Os contracheques, acostados quando do ajuizamento da inicial, fazem menção ao desconto para o INSS. Sendo assim, constata-se que o Estado de Pernambuco cumpriu o que determina a referida lei, não havendo que se falar em ilegalidade, tampouco em novo pagamento.

Diante do exposto, **voto pelo parcial provimento da Apelação**, apenas para determinar que o Estado de Pernambuco não recolha as contribuições previdenciárias, tendo em vista que há nos autos documentos que comprovam que dita contribuição já foi recolhida, mantendo, nos demais termos, a sentença recorrida.

É como voto.

Recife, 15 de fevereiro de 2010.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

DGO E APELAÇÃO CÍVEL Nº 0208136-1 (1º Vara da Fazenda Pública da Capital)

APELANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: RONALDO DA SILVA PEREIRA

RELATOR: Des. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

REVISOR: Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

Voto de Revisão

Tomando por empréstimo os argumentos apresentados pelo eminente relator, VOTO nos seguintes termos:

NO MÉRITO:

- () Não provimento do Reexame Necessário
- () Não provimento do Reexame Necessário, prejudicado o voluntário
- () Provimento do Reexame Necessário para...
- () Provimento parcial do Reexame Necessário para...
- () Improvimento da Apelação

(X) Provimento Parcial da Apelação, haja vista que já se encontram comprovados nos autos que o apelante, Estado de Pernambuco, efetuou o recolhimento das contribuições previdenciárias das quais o apelado tem direito, mantendo-se o restante da sentença vergastada em todos os seus termos e fundamentos

Recife, 15 de Junho de 2010


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
Revisor